

Pré-história nas escolas

Nívea Leite

Com formação em História e Arqueologia, a autora é Doutora em Ciências Humanas – História Social, pela Universidade de São Paulo – USP e docente do Programa de Mestrado em Educação da UCDB.

Introdução

As pesquisas arqueológicas têm-se desenvolvido, consideravelmente, no Brasil nos últimos anos e, em conseqüência, trazido relativo avanço nos conhecimentos históricos e pré-históricos do nosso país. Mas os brasileiros, em geral, têm tido pouco acesso a esses conhecimentos, fato que, infelizmente, pode ser observado mesmo nas escolas e universidades. Por outro lado, e apesar dessa incoerência, estamos convictos de que esses conhecimentos podem e devem ser devidamente viabilizados no sentido de contribuir para a formação de cidadãos e seres humanos mais conscientes.

É, portanto, a partir destas considerações iniciais que pretendemos refletir sobre pontos específicos da nossa realidade educacional, no objetivo de encontrar caminhos possíveis de serem trilhados tanto por nós professores quanto por nossos alunos.

1. Breve histórico das pesquisas arqueológicas no Brasil

Em nosso país, as pesquisas arqueológicas, apesar de iniciadas ainda no final do século passado, naturalmente sob os enfoques teóricos e metodológicos da época, só tiveram maior avanço e intensificação em tempos recentes, ou seja, a partir da década de 60.

Em períodos anteriores, os estudos arqueológicos e respectivas publicações eram realizados, majoritariamente, por pesquisadores estrangeiros cujas pesquisas, na maior parte das vezes, não sofreram processo de continuidade visto não ter havido, sequer, interesse e/ou investimento em formação de equipes.

Essa situação começou a mudar a partir do final dos anos 50, início dos 60, quando pesquisadores como Luís de Castro Faria (RJ), José Loureiro (PR) e Paulo Duarte (SP), entre outros, lutaram pela promulgação de uma legislação própria sobre Arqueologia (*Lei n. 3924 de 26/07/1961*),

além de incentivarem e promoverem cursos e estágios visando à formação de profissionais brasileiros, orientados por especialistas estrangeiros.

A partir de então, multiplicaram-se os Centros de Pesquisas, geralmente ligados às Universidades, que desenvolveram projetos amplos e/ou localizados, com características estritamente acadêmicas.

Mais recentemente, na segunda metade da década de 80, um outro tipo de projeto veio somar-se aos anteriores; é que as Resoluções 001/86 e 005/87 do CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) prevêem que o patrimônio arqueológico (histórico e pré-histórico) seja incluído e devidamente considerado nos EIAs (Estudos de Impacto sobre o Meio Ambiente) e seus respectivos Relatórios (RIMAs). Assim, muitas equipes que antes eram puramente acadêmicas, se desdobraram entre os projetos anteriores e estes, ligados a grandes obras, usinas hidrelétricas e rodovias, por exemplo. Paralelamente, outros grupos foram se estruturando para a realização de trabalhos similares.

As pesquisas que resultaram desta última mentalidade profissional, com características bastante empresariais (e muitas vezes pouco ambientais), são ainda de difícil avaliação, já que poucos dos seus dados estão publicados. Existe, é verdade, disponibilidade deles nas Bibliotecas das Secretarias Estaduais de Meio Ambiente, mas devemos considerá-la bastante relativa, visto que o que chega aos órgãos do governo, para análise de viabilidade da obra, é apenas um resumo de todo o trabalho realizado, o que dificilmente permitirá uma

avaliação científica adequada do mesmo. É que os resultados integrais das pesquisas ficam sempre nas empresas de consultoria contratadas pelas firmas executoras dos projetos. Sendo assim, as lacunas na área do conhecimento arqueológico tendem a se acentuar.

2. Visão geral da pré-história brasileira

Apesar da ainda confusa situação em termos de pesquisa arqueológica brasileira, vemos que os resultados dos trabalhos acadêmicos feitos até o presente já permitem a elaboração de um quadro preliminar da ocupação pré-histórica do nosso território, assim como têm contribuído para o início da elucidação de alguns problemas da nossa ocupação histórica¹.

Sabemos, por exemplo, que diferentes povos *caçadores-coletores* viveram por todo o país em épocas mais recentes ou mais antigas, sendo muitos por volta de 10.000 A.P. (Antes do Presente), mas podendo ir até cerca de 50.000 A.P., conforme datações divulgadas para o Piauí e geraram acirradas controvérsias nacionais e internacionais.

Rica é também a nossa *Arte Rupestre*, ou seja, pinturas e gravações nas paredes das grutas e abrigos-sob-rocha existentes em todo o país. Em uma grande região do Brasil, por exemplo, e que abrange parte de MG, GO, TO e BA, além dos caçadores-coletores mais antigos, existe já o registro daqueles mais recentes (a partir de 8.000/7.000 A.P.) e que possuíam rica e abundante Arte Rupestre, ou seja, figuras

com motivos geométricos, animais e humanos bem específicos. Entretanto, em período mais recente ainda (cerca de 2.000 A.P.), as figuras são bem diferentes nos motivos e técnicas, o que permite, inclusive, a sua ligação com povos agricultores: podemos ver, por exemplo, figuras de roças de milho no norte de Minas Gerais pintadas sobre figurações mais antigas. E este é apenas um exemplo, pois a nossa Arte Rupestre se diferencia, grandemente, conforme a região analisada.

Podem-se registrar, ainda, por todo o território brasileiro, muitos e diferentes tipos de cerâmica, sejam fragmentados ou vasilhames inteiros, e datados de diversas épocas. A partir do estudo das características destas cerâmicas, assim como de sua localização e disposição espacial, foi possível identificar *não somente grandes aldeias a céu aberto, como também verdadeiros territórios de ocupação pré-histórica envolvendo várias aldeias.*

Um outro tipo de adaptação ecológica bastante peculiar no sul do Brasil é a que se relaciona com as “*casas subterrâneas*” ou “*semi-subterrâneas*” que formavam grandes conjuntos alinhados ou não. Essas “casas” foram cavadas na rocha macia ou na terra e se constituíram excelentes abrigos contra o frio das florestas de araucária do sul do nosso país.

Por outro lado, a ocupação do nosso litoral foi bastante específica, porque seus habitantes, desde cerca de 8.000 A.P., se alimentavam basicamente de moluscos, cujas conchas amontoadas formaram os “*Sambaquis*” ou “*Concheiros*”, onde se pode encontrar ainda hoje os vestígios de várias gerações

daqueles povos primitivos; pode-se verificar também que, nestes locais, a partir de cerca de 2.000 A.P., talvez em conseqüência de mudança ecológica, houve a diminuição do uso de moluscos e o aumento da utilização de outros recursos alimentares. Infelizmente, estes sítios arqueológicos vêm sendo destruídos desde o período colonial (quando ainda nem se cogitava a respeito da antiguidade do homem na face da terra). Aliás, seu processo de destruição continua hoje bastante acentuado, apesar da legislação vigente e da consciência que já deveria existir entre os brasileiros acerca da importância destes ou de outros sítios arqueológicos.

A Arqueologia Histórica também tem conseguido grandes avanços, por exemplo, nos estudos das missões jesuíticas ou dos fortes da ocupação portuguesa ou, ainda, dos primórdios das cidades brasileiras. É lamentável, entretanto, que toda a nossa riqueza arqueológica esteja ameaçada, tanto pela sua destruição crescente quanto pela insuficiência de pesquisas ou pelo descaso para com os seus resultados.

Mais uma vez fica provado que uma legislação, por mais avançada que seja, não cria uma consciência específica, mas deve ser fruto da mesma. E é esta consciência que precisamos urgentemente desenvolver, no Brasil, para que haja tempo de salvar e estudar o que ainda não foi destruído.

3. Divulgação do conhecimento arqueológico no Brasil

Decisivos foram, portanto, nossos passos na direção do conhecimento daqueles que aqui habitaram antes da chegada dos

européus, ou algum tempo após este fato histórico. Mas é lamentável que este conhecimento esteja restrito aos meios acadêmicos. É que as revistas especializadas circulam somente entre as Universidades e Institutos de Pesquisas, inclusive os estrangeiros. Assim, o que é por eles veiculado jamais chega ao grande público. Outrossim, as notícias arqueológicas acessíveis ao público são aquelas dos jornais e revistas, via de regra, superficiais, quando não distorcidas, visto que, geralmente, ao empresário da comunicação não interessa aquela notícia arqueológica “comum”, “pobre”, de um tempo recente. A ele interessa o que causa impacto, mesmo que não seja comprovado, de preferência algo que se encaixe no estilo “Indiana Jones”, ou seja, que contenha alto teor de espírito aventureiro, tão ao gosto do público e das gordas contas bancárias dos senhores da comunicação.

Poder-se-ia pensar que a situação fosse diferente nos meios universitários e escolares, em geral, já que pelo menos teoricamente é aí que se concentra (deveria concentrar?...) o saber erudito. Mas, mesmo nos meios universitários, o saber arqueológico é pouco difundido, por razões várias, inclusive pela própria organização da universidade que não contempla a interdisciplinaridade e nem facilita. Fica, pois, este saber, restrito àqueles que, ligados a Departamentos de Humanas, têm acesso às disciplinas e/ou setores de pesquisa em Arqueologia e Pré-História. Mas estes são minoria no Brasil.

4. A transmissão do conhecimento arqueológico nas escolas

Pelo quadro acima, vemos que a grande maioria dos profissionais de História que atuam ou vão atuar no Ensino Fundamental e Médio, na rede tanto pública quanto particular, do Brasil inteiro, não tiveram ou tiveram pouco acesso às bibliografias especializadas de Arqueologia Histórica ou Pré-Histórica, embora, eventualmente, detenham uma visão crítica quanto ao que é veiculado pelo “mass media”. É assim, então, que esse profissional se vê em sala de aula para desenvolver uma proposta de conteúdos de História que inclui Pré-História.

Perguntamo-nos, então, como é que esse professor poderá desenvolver, junto aos alunos, os conteúdos e conceitos como **territorialidade** (tão desrespeitado entre os indígenas atuais, ainda existentes), **diferenciação cultural** (conceito que, se bem trabalhado, pode levar-nos ao maior respeito em relação àqueles que não pensam e não agem como nós), **desenvolvimento social** (que, ao desenrolar a trama das relações sociais em que se dá o desenvolvimento cultural, nos leva a repensar a nossa maneira de ser e de agir em sociedade), etc.? Devemo-nos lembrar que o desenvolvimento adequado de tais conceitos, pelas crianças e adolescentes, ajudará muito na mudança de mentalidade que precisa ocorrer em nosso país.

Entretanto, vários fatores combinados contribuem para que o docente de História não busque ou não possa buscar um maior conhecimento de Pré-História, sejam os ligados às dificuldades de acesso às bibliografias, sejam os associados à prática da nossa

profissão de professores, isto é, baixos salários e conseqüente acúmulo de carga horária (o que, naturalmente, diminui o tempo de estudo para o bom desempenho da profissão), alto preço dos livros, além dos inúmeros vícios que muitos de nós adquirimos no decorrer da nossa prática profissional, como, por exemplo, o continuísmo e a não reciclagem de nosso saber específico.

Soma-se a tudo isto a questão do livro didático (quando utilizado naturalmente, pois devemos nos lembrar que existem muitas escolas em precaríssimas condições, por todo o Brasil). É que o livro didático de História, atualizado em Pré-História, não é a regra geral, porque as pesquisas estão evoluindo a cada ano, embora a passos lentos, aqui no Brasil, além do fato de que as editoras muitas vezes somente reeditam seus livros por anos seguidos, sem que eles sejam revistos e atualizados. Entretanto, mesmo que o livro didático em uso esteja atualizado, é inegável que o conhecimento que ele contém, sendo condensado em poucas páginas e em linguagem para o aluno, vai sempre ser insuficiente para o professor que, naturalmente, deve conhecer muito mais do que ensina para os seus alunos.

Portanto, deparamo-nos hoje com uma situação bastante desconfortável: um saber específico, importante, e que está em contínuo processo de transformação, mas não colocado ao alcance de todos.

5. Aprofundando a reflexão

A situação em que se encontra hoje a noção de Arqueologia e o ensino da Pré-História nas escolas nos leva a pensar em

muitas possibilidades de encaminhamento de soluções.

Uma delas é a inserção dessas disciplinas nos currículos dos nossos cursos de Graduação em História, o que já vem sendo feito por algumas universidades brasileiras.

Outra, é a avaliação do *quê* e de *como* os conteúdos e conceitos ligados à Pré-História têm sido vistos pelos alunos do Ensino Fundamental (5^º a 8^º) e Médio (II Grau), cujos currículos e práticas cotidianas não devem visar somente aos vestibulares.

Pensamos, pois, que é importante avaliar o que tem sido proposto pelas Secretarias de Educação de vários Estados brasileiros, como diretrizes curriculares para o ensino da História. Por exemplo, as diretrizes do Mato Grosso do Sul e de outros Estados, orientam para que as crianças das quatro primeiras séries do hoje chamado Ensino Fundamental (1^º Grau) devem aprender a disciplina Estudos Sociais a partir da sua realidade mais próxima para então chegar à mais distante, ou seja, partem do estudo da sua realidade pessoal, familiar, comunitária, municipal e, na 4^ª série, a ênfase é para a realidade estadual; por outro lado, as da série imediatamente posterior (5^ª série) devem estudar logo na primeira unidade, a respeito dos homens pré-históricos, mas sem especificações com respeito ao Brasil e à América, o que somente será feito na 7^ª série. Vemos, portanto, na 5^ª série, uma quebra da lógica que se quis empregar a partir da 1^ª série.

Evidencia-se ainda que todo o programa de História das quatro últimas séries do 1^º Grau é voltado para o estudo do capitalismo, ou seja, um estudo doutrinário

rio, e que se repete nas três séries do Ensino Médio (2º Grau). Portanto, em todo o 2º Grau e em boa parte do 1º, são enfatizados os conceitos e acontecimentos ocorridos a partir do final da Idade Média, ou seja, os tempos pré-históricos, assim como tudo o que é anterior ao século XIV da nossa era, são relegados a um segundo plano, ou simplesmente ignorados.

Assim, sem entrarmos muito no mérito de tais diretrizes programáticas na transmissão de uma ciência, poderíamos agora apresentar uma de suas lacunas, ou seja, a que se refere ao ensino da Pré-História. Pensamos que este e outros fatores precisam ser urgentemente revistos.

Uma terceira proposta se liga ao modo como tem sido vista a questão do *tempo* nas séries iniciais do Ensino Fundamental, em que se procura “privilegiar a realidade vivida pelo aluno, as pessoas com as quais a criança vive, e o local onde se movimenta, os objetos com os quais tem contato, ampliando gradativamente o espaço vivido pelo aluno”². Mas esta ampliação gradativa do espaço e do tempo do aluno se contrapõe à realidade da televisão, dos filmes, das revistas e dos livros que abordam tempos mais antigos que o próprio homem na terra, o tempo dos dinossauros, por exemplo, ou então de tempos primitivos ou futuros do homem, como em muitos desenhos animados.

Considerando, pois, que uma diretriz curricular não deve ser uma “camisa-de-força” que impeça “a criatividade do professor e o atendimento às peculiaridades de suas turmas ou de sua região”³. Deveríamos acrescentar que uma diretriz não deve igual-

mente impedir o atendimento às peculiaridades de seu tempo ou, no nosso caso específico, de nosso tempo.

Conclusão

Acreditamos que o estado atual em que se encontra o conhecimento arqueológico e pré-histórico brasileiro, em relação às escolas, é *a negação do direito que todos têm de conhecer vários caminhos possíveis*, direito este que assegura, inclusive, a tomada das melhores decisões individuais e coletivas.

E é neste momento brasileiro específico, tão carente de boas decisões e respectivas práticas individuais e coletivas, que vimos colocar esta reflexão, a qual, esperamos, possa somar-se ao conjunto das muitas reflexões existentes acerca da visão da História e da Pré-História como instrumentos não somente úteis, mas também necessários ao desenvolvimento do processo de formação do ser humano.

Está em nossas mãos interferir neste processo em curso ou deixá-lo correr solto, lembrando que neste mesmo processo o conhecimento científico tem sido um privilégio de poucos, *mas na teoria e na verdadeira prática deveria ser um inalienável direito de todos*.

Notas:

¹ Para informações mais detalhadas, ver PROUS, André. Arqueologia Brasileira, Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília, 1992. 605 p.

² SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO/MS. Diretrizes Curriculares: História (1º e 2º Graus), Campo Grande, Governo do Mato Grosso do Sul, vol. 11, p. 11.

³ Idem.